

Ana Veiga

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

----- No dia seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Cartório Ana Veiga – Notário SP, Sociedade Unipessoal, Lda., sito na Avenida Dr. Afonso Costa, número oitenta e seis, rés do chão direito, em Seia, perante mim, Ana Cristina da Fonseca Veiga, respetiva notária, compareceram como outorgantes: -----

----- **GABRIEL DOS SANTOS AMBRÓSIO**, NIF **216 961 238**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Seia, residente na Avenida 1.º de Maio, 110, 604, na freguesia e concelho de Seia, portador do Cartão de Cidadão número 14361645 5ZW0, válido até 04/06/2031, emitido pela República Portuguesa; e, -----

----- **NUNO MONSANTO PINHEIRO**, NIF **205 944 990**, casado, natural da freguesia e concelho de Seia, residente na Rua Anjo da Guarda, s/n, Vila Chã, freguesia de Santa Comba, concelho de Seia, portador do Cartão de Cidadão número 09111490 0ZX1, válido até 28/11/2028, emitido pela República Portuguesa, os quais outorgam nesta escritura na qualidade, respetivamente, de Presidente e Tesoureiro da **Direção**, com poderes para o ato, e em representação da associação denominada: -----

----- “**ASSOCIAÇÃO DE ARTE E IMAGEM DE SEIA**”, com o número de pessoa coletiva **quinhentos e cinco milhões duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e catorze**, com sede na freguesia e concelho de Seia, qualidade e poderes que verifiquei pelos respetivos estatutos que fazem parte da escritura exarada com inicio a folhas quatro, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Sessenta e Oito-D, do extinto Cartório Notarial de Seia, cujo acervo documental se encontra à

minha guarda, ata de tomada de posse com o número um barra dois mil e vinte e cinco, datada de seis de janeiro de dois mil e vinte e cinco e pela ata de deliberação em Assembleia Geral, com o número um barra dois mil e vinte e três, datada de vinte e quatro de março de dois mil e vinte e três, de que **arquivo** públicas formas, registada no Registo Central do Beneficiário Efetivo conforme verifiquei por consulta hoje no sítio da internet <https://rcbe.justica.gov.pt/>, de que **arquivo** comprovativo de consulta. -----

----- Verifiquei a identidade outorgante Gabriel dos Santos Ambrósio por visualização na aplicação id.gov.pt dos dados do seu referido cartão de cidadão e a do restante outorgante em face da exibição do mencionado Cartão de Cidadão. -----

----- **E POR ELES FOI DITO:** -----

----- Que, pela presente escritura, em execução da deliberação tomada por unanimidade na referida reunião de vinte e quatro de março de dois mil e vinte e três, da Assembleia Geral da mencionada Associação, realizada com observância dos termos legais e estatutários, procedem à alteração integral dos estatutos da referida associação, nos termos constantes de um documento complementar, elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que faz parte integrante desta escritura para todos os efeitos legais, que **arquivo**, documento que eles outorgantes já leram e inteiramente aceitam, conforme declararam, pelo que, desde já, dispensam a sua leitura neste ato. -----

-----ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM-----

----- Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo, aos outorgantes, em voz alta, na presença simultânea de ambos. -----

Ana Veiga

NOTÁRIA

Livro 2419

Fls. 148

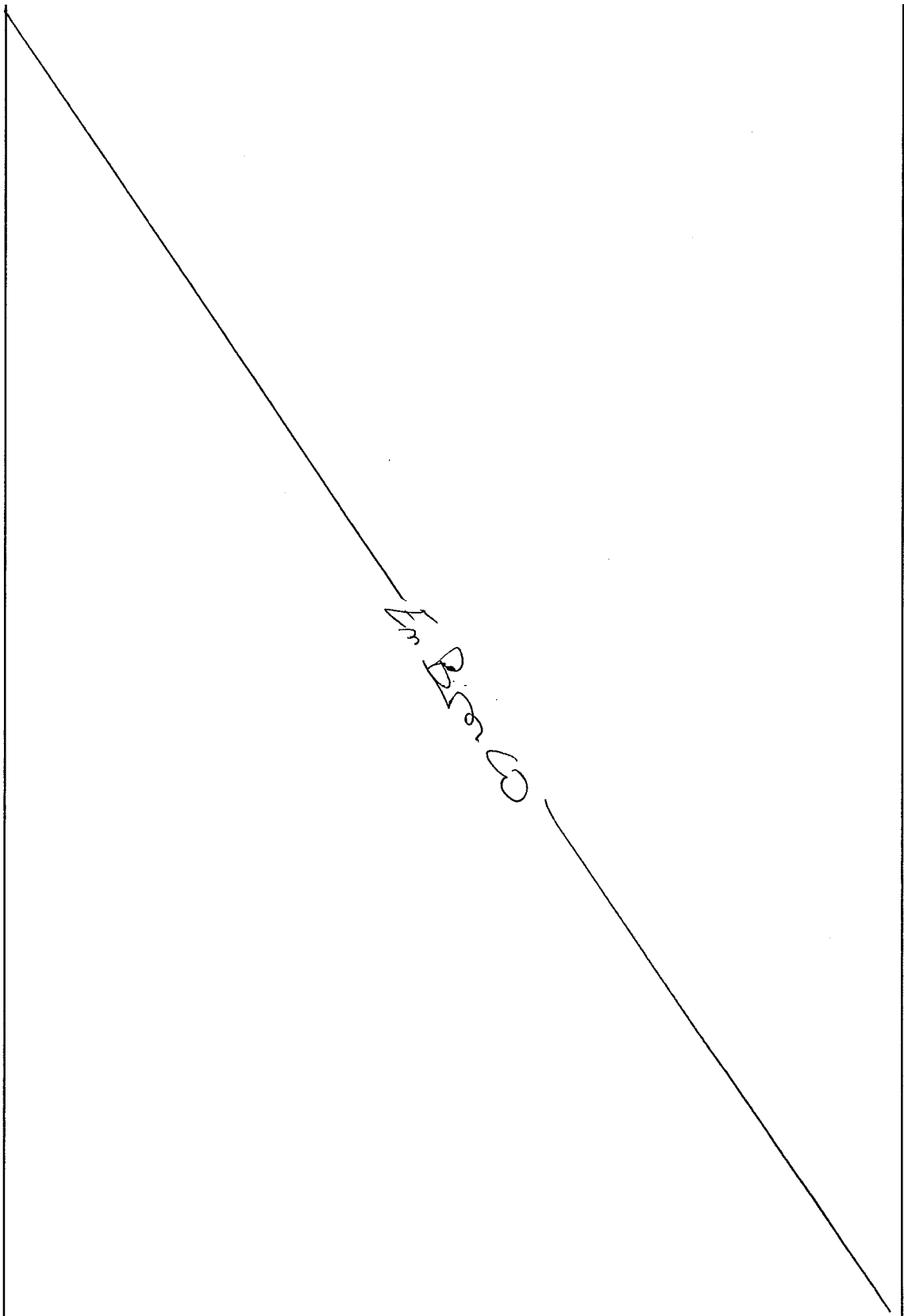
Ana Veiga

Gabriel da Silva Reis

Alvaro Roberto Ladeira

Alvaro, Ana Cristina da Fonseca Veiga

Conta registada sob o nº. 116 j.



Lv. 2412	Fis. 147
Doc. 236	

4 de A.
f. 10

DOCUMENTO COMPLEMENTAR, elaborado nos termos do previsto no número dois, do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, destinado a instruir a escritura de Alteração de Estatutos, outorgada no seis de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, exarada com início a folhas cento e quarenta e sete do Livro de Notas para Escrituras Diversas número “Duzentos e Quarenta e Um-P”, do Cartório Ana Veiga – Notário SP, Sociedade Unipessoal, Lda.-----

----- **ASSOCIAÇÃO DE ARTE E IMAGEM DE SEIA** -----

----- **ESTATUTOS** -----

----- **CAPITULO I** -----

----- **Natureza, Denominação, Sede e Objeto** -----

----- **Artigo 1.º** -----

----- **Denominação e natureza jurídica** -----

----- A Associação de Arte e Imagem de Seia, adiante designada por associação ou AAIS, é uma associação civil de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e de natureza cultural e social, e de duração indeterminada, regida pelas disposições da lei aplicável, eventuais regulamentos internos e, em especial, pelos presentes estatutos. -----

----- **Artigo 2.º** -----

----- **Sede e âmbito de ação** -----

----- 1. A associação tem a sua sede na Rua Pintor Lucas Marrão (Mercado Municipal) 6270-513 Seia, freguesia e concelho Seia, distrito de Guarda. Podendo-se transferir para outra local por deliberação da assembleia geral. ----

----- 2. Poderão ser abertos outros estabelecimentos ou outras formas de representação da associação onde seja considerado conveniente, por deliberação da assembleia geral, sob proposta da direção. -----

----- 3. A associação tem um número ilimitado de associados, duração indefinida e desenvolve a sua atividade, principalmente, no concelho de Seia, podendo realizar e/ou participar em eventos em qualquer concelho de Portugal. -----

-----**Artigo 3.º**-----

-----**Objeto**-----

.----- 1. A associação tem por objeto a promoção e dinamização de ações socioculturais, conducentes ao desenvolvimento cultural e social do concelho de Seia. -----

----- 2. Para a prossecução do objeto, a AAIS poderá: -----

----- a) Sugerir, promover, coordenar e executar ações, projetos e programas relacionados com o desenvolvimento das artes e da cultura; -----

----- b) Promover e organizar eventos, exposições, festivais, mostras, oficinas, concursos artístico-culturais; -----

----- c) Contribuir para a consciencialização das pessoas e para a formação de pensamento crítico reflexivo, capaz de compreender o processo artístico. ---

-----**Artigo 4.º**-----

-----**Fins secundários e Atividades Instrumentais**-----

----- 1. A associação pode também promover projetos de intervenção sociocultural e um amplo conjunto de atividades artísticas, recreativas que potenciem o desenvolvimento integral da pessoa, da família, e da comunidade desde que esses fins sejam compatíveis com os fins principais definidos no artigo anterior. -----

----- 2. A instituição pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente a fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por

Guilherme A.
Fuz

outras entidades criadas para o efeito, mesmo que em parceria e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins. -----

----- 3. A instituição pode promover ações de formação, visitas de estudo, manifestações de carácter cultural, debates ou exposições sobre temas de interesse para os associados; Organizar intervenções pedagógicas nas suas várias valências, sob a forma de seminários, workshops, etc., pugnar por um intercâmbio permanente com associações congéneres e com federações de associações, de âmbito local, regional ou nacional, de forma a partilhar experiências e conhecimentos vantajosos aos objetivos da associação. -----

-----**Artigo 5.º**-----

-----**Organização e funcionamento**-----

----- A organização e funcionamento dos diversos núcleos de atividade poderão constar de regulamentos internos elaborados pela direção com a colaboração dos membros desses mesmos núcleos e aprovados em assembleia geral. -----

-----**Artigo 6.º**-----

-----**Prestação dos serviços**-----

----- 1. Os serviços e objetivos referidos no Artigo 3º dos presentes Estatutos, prestados e organizados pela associação serão gratuitos ou remunerados, de acordo com o definido, pontualmente, pela direção com um parecer, não vinculativo, do núcleo organizador. -----

-----**CAPITULO II**-----

-----**Dos associados**-----

-----**Artigo 7.º**-----

Gisela

-----**Qualidade de associado**-----

----- 1. Podem ser associados pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação mediante o pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços. -----

----- 2. A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá. -----

-----**Artigo 8.º**-----

-----**Categorias**-----

----- Haverá duas categorias de associados: -----

----- a) Associados Efetivos – são as pessoas singulares ou coletivas, que se proponham colaborar na realização dos fins da associação obrigando-se ao pagamento da quota, nos montantes fixados pela direção ou em assembleia geral; -----

----- b) Associados Honorários – são as pessoas, singulares ou coletivas, que adquiram essa qualidade em virtude das relevantes contribuições em donativos ou através de serviços prestados a favor da instituição, como tal reconhecida e proclamada pela assembleia geral.-----

-----**Artigo 9.º**-----

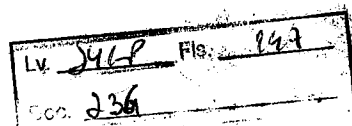
-----**Direitos e deveres**-----

----- 1. São direitos dos associados: -----

----- a) Participar nas reuniões da assembleia geral, dentro do âmbito das respetivas ordens de trabalhos, ou outros temas a admitir pela mesma; -----

----- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais; -----

----- c) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária, nos termos do presente diploma; -----



fls 3
G. 16 A.

----- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 8 dias de calendário e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo. -----

----- e) Participar nas atividades promovidas pela associação; -----

----- f) Usufruir dos serviços, atividades e benefícios promovidos pela associação; -----

----- 2. São deveres dos associados: -----

----- a) Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de associados efetivos; -----

----- b) Comparecer às reuniões da assembleia geral; -----

----- c) Cumprir e respeitar o disposto nos estatutos e regulamentos, bem como as deliberações da Assembleia Geral e da direção; -----

----- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos. -----

-----**Artigo 10.º**-----

-----**Sanções**-----

----- 1. Os associados que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma ficam sujeitos às seguintes sanções: -----

----- a) Repreensão escrita; -----

----- b) Suspensão de direitos até 365 dias; -----

----- c) Demissão/ Exclusão; -----

----- 2. São demitidos os associados que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a associação. -----

----- 3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da direção. -----

Guimarães
/

----- 4. A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia geral, sob proposta da direção. -----

----- 5. A aplicação das sanções previstas no n.º 1 efetivar-se-á mediante audiência obrigatória do associado. -----

----- 6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota. -----

----- 7. São suspensas todas as regalias aos associados com quotizações em atraso, dando direito a exclusão se tal atraso for superior a 2 anos; -----

----- 8. Da sanção aplicada pela direção, cabe a possibilidade de recurso, com efeito suspensivo para a Assembleia Geral; -----

-----**Artigo 11.º**-----

-----**Condições do exercício dos direitos**-----

----- 1. Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas. -----

----- 2. Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa. Ou seja, devidamente inscritos na AAIS, há mais de 365 dias. -----

----- 3. Não são elegíveis para os corpos gerentes os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos diretivos da associação ou outra instituição/associação, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções. -----

-----**Artigo 12.º**-----

-----**Intransmissibilidade**-----

----- A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão. -----

Gas A.
fuz

-----**Artigo 13.º**-----

-----**Perda da qualidade de associado**-----

----- 1. Perdem a qualidade de associado: -----

----- a) Aqueles que pedirem a sua exoneração; -----

----- b) Aqueles que deixarem de pagar as suas quotas durante 24 meses e
após apreciação e decisão da direção; -----

----- c) Aqueles que forem demitidos nos termos previstos no presente
diploma. -----

----- 2. O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à
associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo
da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi
membro da associação. -----

-----**CAPITULO III**-----

-----**Dos Órgãos Sociais**-----

-----**Secção I**-----

-----**Disposições gerais**-----

-----**Artigo 14.º**-----

-----**Órgãos sociais**-----

----- 1. São órgãos da associação, a assembleia geral, a direção e o conselho
fiscal. -----

----- 2. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas
pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas, perfeitamente
justificadas e fundamentadas. -----

----- 3. A entrega das listas para os órgãos sociais, serão apresentadas com
uma antecedência mínima de 8 dias. -----

Go SA.
P

-----**Artigo 15.º**-----

-----**Composição dos órgãos**-----

----- 1. A direção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da associação. -----

----- 2. O cargo de presidente do conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da associação. -----

-----**Artigo 16.º**-----

-----**Incompatibilidade**-----

----- 1. Nenhum titular da direção pode ser simultaneamente titular do conselho fiscal e ou da mesa da assembleia geral. -----

----- 2. Os titulares dos órgãos referidos no número anterior não podem ser simultaneamente membros da mesa da assembleia geral. -----

-----**Artigo 17.º**-----

-----**Impedimentos**-----

----- 1. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral. -----

----- 2. Os titulares dos membros da direção não podem contratar direta ou indiretamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos anteriormente deverão constar das atas das reuniões do respetivo órgão. -----

----- 3. Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante

Ger. A.
Fug

com a da associação nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da associação, ou de participadas desta. -----

-----**Artigo 18.º**-----

-----**Mandatos dos titulares dos órgãos**-----

----- 1. A duração do mandato dos órgãos é de três anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição. -----

----- 2. Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar. -----

----- 3. Quando a eleição tenha sido efetuada extraordinariamente fora dos meses de dezembro a posse poderá ter lugar dentro do prazo estabelecido no número 2 neste caso e para efeitos do número 1, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição. -----

----- 4. O presidente da associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos. -----

----- 5. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes. A direção cessante, limitar-se-á à prática dos atos estritamente necessários para assegurar a boa gestão da associação. -----

-----**Artigo 19.º**-----

-----**Responsabilidade dos titulares dos órgãos**-----

----- 1. As responsabilidades dos titulares dos órgãos da associação são as

Gal. us.
B

definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil. -----

----- 2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se: -----

----- a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes; ----

----- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva. -----

-----**Artigo 20.º**-----

-----**Funcionamento dos órgãos em geral**-----

----- 1. A direção e o conselho fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares. ---

----- 2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate. -

----- 3. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto. ----

----- 4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, com os respetivos suplentes, no prazo máximo de um mês. -----

----- 5. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número anterior apenas completam o mandato. -----

----- 6. Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem as reuniões da assembleia geral, pelos membros da respetiva mesa. -

-----**SECÇÃO II**-----

-----**Da Assembleia geral**-----

Handwritten signature and initials.

-----**Artigo 21.º**-----

-----**Constituição**-----

----- 1. A assembleia geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos. -----

----- 2. A assembleia geral é constituída por todos os associados admitidos há pelo menos um ano, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos, ou seja, que estejam em pleno gozo dos seus direitos sociais. -----

----- 3. A assembleia geral é dirigida pela respetiva mesa que se compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário. -----

----- 4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião. -

-----**Artigo 22.º**-----

-----**Competências**-----

----- Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da associação e, designadamente: -----

----- a) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação; -----

----- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva mesa, da direção e do conselho fiscal; -----

----- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas do exercício; -----

----- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer

622P-
J

título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico; -----

----- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação; -----

----- f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções; -----

----- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

----- h) Deliberar sob a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens; -----

----- i) Apreciar e decidir sobre recursos que lhe sejam submetidos a apreciação; -----

----- j) Apreciar e decidir e aplicar as medidas ou sanções disciplinares de suspensão ou exclusão; -----

----- k) Aprovar o regulamento proposto pela direção; -----

----- l) Extinguir a associação; -----

----- **Artigo 23.º** -----

----- **Convocação e publicitação** -----

----- 1. A assembleia geral é convocada com 15 dias de antecedência pelo presidente da mesa ou substituto. -----

----- 2. A convocatória é obrigatoriamente: -----

----- a) afixada na sede; -----

----- b) pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado. -----

----- 3. A convocatória pode também ser efetuada, facultativamente e por substituição do aviso postal, através de correio eletrónico para o endereço

Handwritten signature and initials.

eletrônico fornecido pelo associado. -----

----- 4. Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião. -----

----- 5. Independentemente da convocatória é obrigatório ser dada publicidade à realização da assembleia-geral nas edições da associação, no site institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações e estabelecimentos da associação, bem como através de anúncio publicado nos jornais de maior circulação da área onde se situe a sede, e redes sociais. -----

----- 6. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida para os associados. -----

-----**Artigo 24.º**-----

-----**Funcionamento**-----

----- 1. A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças. -----

----- 2. A Assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes. -----

-----**Artigo 25.º**-----

-----**Deliberações**-----

----- 1. As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções. -----

----- 2. É exigida a maioria qualificada prevista na lei na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f), g) e h) do artigo 22º dos estatutos. -----

CSA-
A

----- 3. No caso da alínea e) do artigo 22.º, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra. -----

----- 4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à Ordem do Dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento. -----

----- 5. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes só pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas de exercício mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.---

-----**Artigo 26.º**-----

-----**Votações**-----

----- 1. O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado. -----

----- 2. Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa. -----

----- 3. Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respetiva reunião. -----

----- 4. Cada associado não pode representar mais de um associado. -----

-----**Artigo 27.º**-----

-----**Reuniões da Assembleia-Geral**-----

----- A assembleia geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias: ---

Lv. 2412	Fis. 142
Dca. 236	

Colm
fig

----- Ordinárias: -----

----- a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para eleição dos titulares dos órgãos associativos; -----

----- b) Até 31 de março de cada ano para aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal; -----

----- c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de ação e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do conselho fiscal. -----

----- 2. A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direção ou do conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, dez por cento do número de associados no pleno gozo dos seus direitos. -----

-----SECÇÃO III-----

-----Da Direção-----

-----Artigo 28.º-----

-----Constituição-----

----- 1. A direção da associação é constituída por 5 membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal. -----

----- 2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos. -----

----- 3. No caso de vacatura do cargo de Presidente será o mesmo preenchido pelo vice-presidente e esse substituído por um suplente. -----

----- 4. Os suplentes poderão assistir às reuniões da direção mas sem direito a voto. -----

615A
/

-----**Artigo 29.º**-----

-----**Competências**-----

----- Compete à direção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente: -----

----- a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários; -----

----- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o relatório e contas do exercício bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte; -----

----- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei; -----

----- d) Organizar o quadro do pessoal, e contratar e gerir o pessoal da associação, bem como nomear ou exonerar; -----

----- e) Representar a associação em juízo ou fora dele; -----

----- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação. -----

----- g) Praticar os atos necessários à prossecução dos fins da associação; --

----- h) Gerir económica e financeiramente a associação; -----

----- i) Criar e organizar atividades e eventos; -----

----- j) Exercer o poder disciplinar; -----

----- k) Assinar os contratos, protocolos, memorandos com outras entidades em representação da associação e seus associados; -----

----- l) propor o valor das quotas à Assembleia Geral; -----

----- m) Propor a aquisição ou alinação dos bens móveis e imóveis e para

Ent A
f. 90

ou da associação que carecem de aprovação na Assembleia Geral; -----

-----**Artigo 30.º**-----

-----**Competências do Presidente da Direção**-----

----- Compete ao presidente da direção: -----

----- a) Superintender na administração da associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços; -----

----- b) Convocar e presidir às reuniões da direção, dirigindo os respetivos trabalhos; -----

----- c) Representar a associação em juízo ou fora dela; -----

----- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da direção; -----

----- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente sujeitando esses últimos à confirmação da direção na primeira reunião. -----

-----**Artigo 31.º**-----

-----**Competências do Vice-Presidente**-----

----- Compete ao vice-presidente coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos. -----

-----**Artigo 32.º**-----

-----**Competências do Secretário**-----

----- Compete ao secretário: -----

----- a) Lavrar as atas das reuniões da direção e superintender nos serviços de expediente; -----

----- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da direção organizando os processos dos assuntos a serem tratados; -----

----- c) Superintender nos serviços da secretaria. -----

-----**Artigo 33.º**-----

-----**Competências do Tesoureiro**-----

----- Compete ao tesoureiro: -----

----- a) Receber e guardar os valores da associação; -----

----- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesas;

----- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o Presidente; -----

----- d) Apresentar mensalmente à direção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior; -----

----- e) Superintender nos serviços de contabilidade e de tesouraria. -----

-----**Artigo 34.º**-----

-----**Competência do Vogal**-----

----- Compete ao vogal coadjuvar os restantes membros da direção nas respetivas atribuições e exercer as funções que a direção lhe atribuir.-----

-----**Artigo 35.º**-----

-----**Forma de obrigar**-----

----- 1. Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer dois membros da direção, sendo obrigatória, pelo menos, a assinatura do Presidente ou do Vice-Presidente. -----

----- 2. Nas operações financeiras e/ou bancárias são obrigatórias duas assinaturas, do tesoureiro e do presidente, ou do tesoureiro e do vice-presidente, ou do presidente e do vice-presidente. -----

----- 3. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direção. -----

Lv. 2418	Fls. 142
Doc. 236	

hms
fio

-----SECCÃO IV-----

-----Do Conselho Fiscal-----

-----Artigo 36.º-----

-----Conselho Fiscal-----

----- 1. O conselho fiscal é composto por três membros: presidente e dois vogais. -----

----- 2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos. -----

----- 3. No caso da vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente. -----

-----Artigo 37.º-----

-----Competências-----

----- 1. Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à direção e mesa da assembleia geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente: -----

----- a) Fiscalizar a direção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária; -----

----- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte; -----

----- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direção e/ou mesa da assembleia geral submetam à sua apreciação; -----

----- d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos; -

----- e) Examinar a contabilidade; -----

507
A

----- f) Conferir os saldos da caixa ou quaisquer outros valores; -----

----- g) Requerer a convocação da Assembleia Geral; -----

----- 2. Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão. -----

-----CAPITULO IV-----

-----Regime financeiro-----

-----Artigo 38.º-----

-----Património-----

----- O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma. -----

-----Artigo 39.º-----

-----Receitas e excedentes-----

----- 1. São receitas da associação: -----

----- a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados; -----

----- b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios; -----

----- c) Os rendimentos dos serviços prestados; -----

----- d) Os rendimentos de produtos vendidos; -----

----- e) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos; -----

----- f) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais; -----

----- g) Os donativos e produtos de festas ou subscrições; -----

----- h) Rendimentos de atividades exercidas pela associação a título secundário ou instrumental e afetas ao exercício da sua atividade principal; -----

----- i) Rendimentos de iniciativas de angariação de fundos, promovidas pela associação ou por terceiros; -----

----- j) Receitas da percepção fiscal; -----

----- 2. Consideram-se excedentes os donativos ou subsídios, valores orçamentados e não aplicados, receitas não previstas, que poderão suportar as atividades da associação, cobrir prejuízos, constituir ou reforçar reservas para investimentos. -----

----- **Artigo 40.º** -----

----- **Atos de administração da Direção** -----

----- 1. A Direção só pode praticar atos de administração ordinária e os atos de administração extraordinária de que tenha obtido prévia autorização da Assembleia Geral. -----

----- 2. São atos de administração ordinária aqueles que se incluem nas faculdades normais de um administrador e todos aqueles que podem ser praticados sem recurso a qualquer autorização prévia da Assembleia Geral. ---

----- 3. São atos de administração extraordinária e carecem de prévia autorização da Assembleia Geral: -----

----- a) A compra e venda de imóveis; -----

----- b) O arrendamento de bens imóveis por períodos superiores a seis anos, com exceção de contratos de comodato, desde que esses mesmos imóveis não tenham qualquer tipo de ónus; -----

----- c) A contração de empréstimos, com ou sem garantia hipotecária, acima do valor de cinquenta por cento de receita ordinária que consta da última prestação de contas; -----

----- d) Novas construções que importem uma despesa superior a cinquenta

por cento da receita expressa na prestação de contas mais recente; -----

----- e) A aceitação de quaisquer legados ou doações com ónus. -----

----- 4. Os atos de administração extraordinária feitos sem essa prévia
autorização são inválidos. -----

-----**Artigo 41.º**-----

-----**Quotas, serviços ou donativos**-----

----- 1. Os associados pagam uma quota mensal, semestral ou anual de
valor fixado pela Direção. -----

----- 2. Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à
Direção, propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos. -----

-----**CAPITULO V**-----

-----**Disposições diversas**-----

-----**Artigo 42.º**-----

-----**Extinção**-----

----- 1. A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei. -----

----- 2. Compete à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens,
nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão
liquidatária. -----

----- 3. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos
atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património
social, quer à ulitimação dos negócios pendentes. -----

----- 4. Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à associação,
respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram. -----

-----**Artigo 43.º**-----

-----**Casos Omissos**-----

f. 12

----- Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo com a legislação em vigor. -----

Gabriel dos Santos

Alvaro Monte Fink

A nome, An. Wistha & Associados

